

PREFÁCIO

Desde que iniciei o exercício de funções como Ministro das Finanças e do Plano do VI Governo Constitucional, liderado por Francisco Sá Carneiro, considero ser um imperativo prestar contas aos Portugueses. Trata-se de um dever que, em minha opinião, impende sobre todos os titulares de cargos públicos: informar os cidadãos, de uma forma clara e rigorosa, sobre a ação desenvolvida, para que possam depois formular o seu juízo, fazendo-o de um modo esclarecido e objetivo.

Nesse sentido, publiquei, em 1982, o livro *A Política Económica do Governo de Sá Carneiro*, em que explicava as difíceis medidas tomadas para promover a expansão do investimento, a modernização da estrutura económica e a distribuição mais justa do rendimento, numa época, felizmente já distante e passada, em que os setores-chave da nossa atividade produtiva se encontravam ainda nacionalizados.

Mais tarde, como Primeiro-Ministro, publiquei regularmente as intervenções que fui produzindo ao longo de uma década, enquanto chefe do Executivo. Posteriormente, editei um breve livro, intitulado *As Reformas da Década*, em que enunciava, explicitando o seu conteúdo e alcance, as principais medidas estruturais levadas a cabo no período 1985-1995 e que permitiram alcançar os maiores níveis de desenvolvimento económico e social registados após o 25 de Abril de 1974.

Em 2002 e 2004, publiquei os dois volumes da minha *Autobiografia Política*, em que relatei, com pormenor, os passos de uma trajetória de vida em que destacava, naturalmente, o meu tempo como Primeiro-Ministro, entre 1985 e 1995, fiel ao compromisso de dar a conhecer aos cidadãos os traços

essenciais da atividade governativa em múltiplos planos, desde a integração europeia ao relacionamento com os países lusófonos, com a Espanha, os Estados Unidos e a República Popular da China, passando por diversos aspetos de política interna.

A 9 de março de 2006, tomei posse como Presidente da República. Publiquei anualmente os volumes *Roteiros*, que condensavam as principais intervenções públicas que proferi entre 2006 e 2016, acompanhando-as de um prefácio de enquadramento em que analisava a situação do País e a ação presidencial nesse contexto.

Cumprindo o dever de informar os cidadãos, orgulho-me ainda de ter lançado uma página da Internet da Presidência da República em que diariamente os Portugueses podiam conhecer a ação política do seu Presidente. Continuam disponíveis, no *site* de arquivo, os textos e os vídeos de todas as minhas intervenções públicas.

Agora é chegado o tempo de revelar aos Portugueses muito do que sucedeu, na abordagem de diversas questões que condicionavam – e condicionam – a situação do País e o seu futuro e que não é conhecido, durante o exercício das minhas funções de Presidente da República.

Assim, tendo em consideração o sigilo imposto pela salvaguarda do superior interesse nacional, decidi dar público testemunho do que foi a minha ação no primeiro mandato como Presidente da República, em domínios que considero particularmente relevantes.

O conteúdo deste livro está organizado em três partes, num total de 52 capítulos, cada um dos quais pode ser lido de forma independente dos restantes.

A Parte I, «Passos de uma vida feliz», tem uma natureza predominantemente pessoal. Nela refiro momentos que entendi destacar nesta fase do meu percurso de vida, e expresso opiniões pessoais sobre assuntos diversos, incluindo algumas questões de cariz político, como a degradação da qualidade dos agentes políticos, o papel da mulher do Presidente da República, a regionalização do Continente, a relação entre os políticos e a comunicação social e as regras de atuação do Presidente, tal como as interpreto.

A Parte II, «Quinta-feira», constitui, de certo modo, o seu núcleo central. Nela se descreve a interação que, como Presidente da República, mantive com os XVII e XVIII Governos Constitucionais, especialmente as conversas havidas com o Primeiro-Ministro José Sócrates nas 188

reuniões semanais que, por regra e por tradição, tiveram lugar à quinta-feira, depois do Conselho de Ministros.

Sendo os contactos com o Governo, com destaque para os diálogos diretos e frontais com o Primeiro-Ministro, a via mais eficaz para o Presidente da República, no âmbito das suas competências constitucionais, influenciar o processo político de decisão, a prestação de contas aos Portugueses ficaria muito incompleta se desses contactos não desse público testemunho.

O método de registo de intervenções que desenvolvi nos meus tempos de estudante universitário permitiu-me relatar com um detalhe que é inédito na nossa democracia – e com total fidedignidade – o que de mais importante se passou e as posições assumidas por cada uma das partes nessas reuniões, relativamente a um conjunto de temas que considero particularmente relevantes e que mais detidamente ocuparam o meu diálogo com o Primeiro-Ministro e a interlocução com os seus Governos.

Os diálogos com o Primeiro-Ministro e com outros membros do Governo não se cingiram, como é óbvio, aos temas que aqui são tratados. Por razões de espaço houve que fazer uma escolha.

Esta Parte II corresponde, *grosso modo*, ao período do meu primeiro mandato como Presidente da República. Cobre um período que se estende da minha tomada de posse, em 9 de março de 2006, até à cessação de funções do XVIII Governo Constitucional, incluindo, portanto, a crise económica e financeira que levou o País à beira da bancarrota e à negociação de um programa de assistência financeira com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional de modo a assegurar o financiamento do Estado e da economia. Esta delimitação temporal corresponde a uma linha divisória clara na vida política nacional: o início da execução do programa de assistência financeira e a entrada em funções do XIX Governo Constitucional.

Tendo mantido até agora reservada parte importante da minha ação como Presidente da República, convicto de que essa era a melhor forma de defender o superior interesse nacional – e nunca tendo ocorrido fugas de informação para a comunicação social sobre o que se passou nos meus encontros com o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo –, entendo que é altura de completar a prestação de contas aos Portugueses dando público testemunho de componentes relevantes da minha

magistratura que, até aqui, são, em larga medida, desconhecidos dos cidadãos. Penso que esta Parte II do livro é importante para compreender um tempo complexo e algo atribulado da vida política nacional e particularmente exigente para o Presidente da República.

Contudo, não abordei matérias que, pela sua delicadeza pessoal ou por questões de interesse nacional, considero que devem ficar reservadas durante mais alguns anos.

A Parte III do livro, «Acreditar nos Portugueses», ao contrário da Segunda Parte, cobre os meus dois mandatos presidenciais. Nela se retrata um conjunto de iniciativas temáticas que promovi por decisão própria e que constituem marcas distintivas da minha ação.

Destaco, acima de tudo, iniciativas que retiveram demoradamente a minha atenção e que foram orientadas para a inclusão social, o combate ao insucesso escolar, a salvaguarda do património histórico-cultural, as comunidades portuguesas dispersas pelo mundo, a juventude, o mar português, o desenvolvimento local e as empresas industriais de dimensão intermédia. Na sua realização percorri o País inteiro, dando voz aos bons exemplos e às boas práticas, e ouvindo e conhecendo os problemas reais das pessoas, das empresas e das instituições.

Os trinta capítulos da Parte II e os oito da Parte III retratam fielmente questões relevantes com que lidei no meu primeiro mandato como Presidente da República e que doravante os Portugueses poderão julgar de uma forma mais esclarecida e informada, com maior distanciamento suficiente face à espuma dos dias e à trepidação do quotidiano político.

Quero expressar um agradecimento especial a José Manuel Nunes Liberato, a António Araújo e a Ana Palha pelas múltiplas sugestões que me deram para a melhoria dos textos. A Ademar Vala Marques agradeço o inestimável apoio na pesquisa e tratamento de informação e na leitura do livro. Agradeço igualmente a Gonçalo Matias a ajuda prestada no esclarecimento de questões jurídicas e a José Carlos Vieira, Luís Catarino e Ricardo Branco pela qualidade do trabalho realizado na organização do meu arquivo pessoal, assim como a Rui Ôchoa na pesquisa das fotografias e a Filomena Santos pelo apoio de secretariado.

Dimensões significativas da minha ação presidencial não são especificamente tratadas neste livro ou são-no insuficientemente referidas, como é o caso do diálogo com as forças políticas e com os parceiros sociais, os

contactos com as populações e, em particular, a ação no domínio da política externa. A elas voltarei num 2.º volume que penso vir a publicar em devido tempo.

A minha interpretação do exercício das funções de Presidente da República não é objeto de um capítulo específico. Está dispersa ao longo de múltiplos capítulos, a propósito dos diversos temas que neles são tratados. Como o leitor se aperceberá, na minha ação como Presidente houve uma preocupação permanente de seguir o caminho que considerava ser o do interesse nacional, tal como resultava do estudo cuidadoso dos problemas, e de falar verdade aos Portugueses, alheio ao ruído mediático, e aos interesses meramente partidários ou de grupos e corporações. Cheguei ao fim dos meus dois mandatos como Presidente da República com o sentimento de dever cumprido, de consciência tranquila e pessoalmente realizado. Guardo uma profunda gratidão para com o povo português por, depois de ter exercido funções como Primeiro-Ministro durante dez anos, me ter dado o privilégio de servir o País como Presidente da República.

Lisboa, dezembro de 2016